

A política das imagens e a pobreza

Mulheres do Bolsa-Família no fotojornalismo entre 2003 e 2013¹

ÂNGELA CRISTINA SALGUEIRO MARQUES

Professora
Universidade Federal de Minas Gerais
Brasil
angelasalgueiro@gmail.com



profusão de imagens fotográficas nos meios massivos de comunicação, sobretudo na imprensa, pode ser percebida como forma autêntica de comprovar as mazelas e infortúnios cotidianos (Ledo, 1998; Sontag, 2004; Freund, 2004). No entanto, as implicações decorrentes do uso ostensivo das fotos na atividade jornalística não apenas constituiu uma grande galeria de sofredores aplainados e sem identidade como exemplos de diversas temáticas, que compunham os sofrimentos ordinários (inclusive a pobreza), mas também reforça a capacidade narrativa das imagens visuais. Ao refletirmos acerca da relação entre pobreza e fotojornalismo, torna-se necessário investigar os elementos expressivos que caracterizam as situações de pobreza, e não apenas ver, mas pensar o sujeito empobrecido retratado em suas disposições e arranjos a fim de contemplar quais competências de apropriação são operantes e solicitadas neste entretempo da captura.

Ao nos depararmos com uma fotografia de imprensa, uma cadeia de transformações acerca do real já foi acionada. Portando, não é o caso de considerar a informação visual apenas ilustração ou complemento de um texto escrito, mas reconhecer sua disposição em um processo mais amplo (Mauad, 2008; Vilches, 1993). Teias de sentido se estabelecem acerca da pobreza e dos pobres que podem ser acionadas de diferentes maneiras através de arquê-

Pour citer cet article

Référence électronique

Ângela Cristina Salgueiro Marques, « Ângela Cristina Salgueiro Marques - A política das imagens e a pobreza », *Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo* [En ligne], Vol 6, n°1 - 2017, mis en ligne le 15 juin 2017. URL : <http://surlejournalisme.org/rev>

tipos, códigos, práticas, narrativas e discursos que atualizam as percepções, e que também produzem modos de percepção e apreensão da alteridade por meio das imagens. O fotojornalismo configura um tipo especializado de prática responsável por produzir, mas também gerir a visibilidade da pobreza e do pobre do modo a que temos acesso hoje. Assim, fica claro que não são os objetos - as fotografias - únicos e singulares, mas as relações que podem ser articuladas através deles e de seus dispositivos, que são constituidores da experiência do ver a pobreza e o pobre através de fotografias de imprensa.

Meu interesse neste trabalho consiste em observar como se constitui uma política das imagens a partir da análise de como mulheres empobrecidas beneficiadas pelo Programa Bolsa Família são fotografadas por veículos jornalísticos e ganham visibilidade a partir de uma tensão entre lógicas subalternizantes de registro e possibilidades de desconstrução e resistência à naturalização de discursos já enraizados sobre pobreza, assistencialismo, dependência, vulnerabilidade e gênero. Não raro, o registro dos corpos e rostos dessas mulheres é feito através de discursos, linguagens, modos de agenciamento e enquadramentos que “fala por elas”, mais do que as permite falar. Assim, há toda uma configuração de campos semânticos específicos no fotojornalismo, que frequentemente fixa significados através da construção de cadeias discursivas de equivalências (por meio de seleção e combinação entre termos, por exemplo: pobre-preguiçoso-dependente-subalterno), e que produz estruturas de entendimento, pensamento e avaliação capazes de impossibilitar a fala e a expressão autônoma de sujeitos em condição de pobreza, sobretudo mulheres. Essas cadeias discursivas revelam que “*uma imagem nunca está sozinha. Pertence a um dispositivo de visibilidade que regula o estatuto dos corpos representados e o tipo de atenção que merecem. A questão é saber o tipo de atenção que este ou aquele dispositivo provoca e convoca*” (Rancière, 2012: 96).

Os dispositivos² que conferem visibilidade à pobreza no fotojornalismo requerem posicionamentos diferentes do leitor/receptor. Isso faz com que nossas indagações muitas vezes se dirijam à reflexão acerca de quais seriam as condições de enunciação em uma formação discursiva particular (o discurso da pobreza, por exemplo), em vez de nos dedicarmos a avaliar modos específicos de localizar e analisar aqueles espaço-tempos nos quais um “excesso de palavras” interrompe o link entre a ordem do discurso e a ordem que classifica e posiciona os corpos (a partir de valores, crenças e princípios morais compartilhados) como condição de possibilidade para a existência do sujeito em narrativas imagéticas intersectantes (Chambers, 2013).

Interessa-me ver, a partir de imagens fotojornalísticas produzidas por ocasião dos 10 anos do Programa (2003-2013), se os corpos e rostos das mulheres fotografadas conseguem resistir às frases, legendas e narrativas que acompanham as imagens por meio de “*gestos, maneiras, modos, variações, resistências que, por minúsculas que pareçam, ou inaparentes que sejam, expressam discordâncias, dissensos, dissonâncias*” (Pelbart, 2003: 232). Se, de um lado, há experiências fotojornalísticas (Barcelos, 2012, 2014; Biondi, 2011) que tendem a retratar os indivíduos atribuindo-lhes lugares enunciativos que se aproximam da lógica de registro de sujeição consensual (atribuindo-lhes apenas um nome), acredito ser possível identificar marcas de resistência e dissenso não só no corpo dos indivíduos fotografados, mas também nas dissonâncias entre texto (legenda, citações diretas, título da matéria e seu conteúdo) evidenciando tensões próprias do tornar-se visível, do aparecer.

Diante desse quadro, pretendo observar como as fotografias jornalísticas capturam e dão visibilidade a corpos e narrativas de mulheres empobrecidas, de modo a caracterizar a política da vida não como uma questão de políticas gerenciais do governo, mas, sobretudo, como uma questão ligada à invenção da cena polêmica de “aparência”, de apropriação e cuidado dessa exposição, e de interlocução na qual se inscreve o gesto, a palavra e o corpo do sujeito falante, e na qual o processo de subjetivação política ocorre, segundo Rancière, na conexão e desconexão entre os múltiplos nomes e modos de “*apresentação e narração de si*” (Bulter, 2015) que definem um sujeito. Tomamos aqui algumas imagens fotojornalísticas de pobreza para, a partir do tensionamento entre legendas, gestos corporais, rostos e enquadramento, revelar seu potencial de geração de desidentificação e dissenso, tendo em vista o fato de que as operações narrativas que dão corpo às imagens podem nos fornecer importantes pistas acerca dos modos de partilhar o sensível, de definir o registro do visível e do enunciável.

O PROGRAMA BOLSA-FAMÍLIA E A SITUAÇÃO DE MULHERES POBRES NO BRASIL

A pobreza no Brasil diminuiu durante os governos do presidente Lula e da presidente Dilma Rousseff, mas esse resultado não considera a persistência de numerosas desigualdades e de políticas que visam ajudar as pessoas pobres de maneira imediata.³ Sob esse aspecto, o maior dilema que se apresenta na elaboração de programas sociais no Brasil é a ausência de uma linha clara de demarcação entre os direitos e a caridade.⁴ Dito de outro modo, esses

programas tradicionalmente não levam em consideração a questão da inserção social. Contudo, esse quadro sofreu alterações nos anos recentes: com a criação do Programa Bolsa-Família⁵, em 2003, o Presidente Lula buscou privilegiar não só as ações ligadas à solidariedade e à participação cívica, mas também estimulou o trabalho unificado entre governo, estado e município no sentido de promover a autonomia dos beneficiários. Assim, o Programa não se restringe ao repasse de verbas às pessoas, mas conta, em muitos estados brasileiros, com uma rede de apoio local que permite a integração entre assistência social, saúde e educação.

É importante mencionar que o Programa Bolsa-Família se desenvolve em um contexto nacional particular: no início de 2010, o Brasil experimenta uma redução na taxa de desemprego, um aumento no consumo e no percentual do trabalho com carteira assinada, entre outros efeitos de medidas econômicas e sociais tomadas pelo governo do Partido dos Trabalhadores (Lautier, 2012). Contudo, como salientam Cabanes et Georges (2014), o aumento geral do consumo encobre um endividamento progressivo da população. As taxas crescentes de formalização do mercado de trabalho não solucionam o problema do baixo nível salarial. O que pode ser chamado de “gestão biopolítica da pobreza” revela as formas pelas quais o Estado estimula o empreendedorismo social, o comércio informal, as atividades “culturais” nas favelas, as políticas sociais no setor da assistência social e as formas de mecenato empresarial.

Considerando que as políticas sociais obedecem a uma cadeia capitalista em que quem comanda são as multinacionais, é possível ter como resultado de implementação local do Bolsa-Família um entrecruzamento entre direitos e religião/caridade; reconhecimento e falso reconhecimento, justiça e dádiva.

No Brasil é a municipalidade quem gerencia os recursos financeiros destinados às políticas sociais. Os governos municipais investem, segundo seus orçamentos, em uma rede de assistência social (ligando educação, saúde e políticas sociais) capaz de incitar pessoas em situação de pobreza a frequentar os “Centros de Referência da Assistência Social” (CRAS). Tais Centros, nos estados brasileiros em que os municípios possuem estrutura financeira e institucional integrada, realizam reuniões de inserção e de apoio, oferecem cursos de profissionalização⁶, oficinas de artesanato e acompanhamento psicológico. Em alguns casos, os CRAS auxiliam também na criação de cooperativas.

O governo apóia iniciativas locais que têm como objetivo colocar à disposição dos beneficiários do programa espaços de encontro, conversação e dis-

cussão coletiva e recíproca, que os auxiliam a compreender sua condição, a enunciar seus anseios e problemas (tomada da palavra) e a encontrar alternativas de soluções às dificuldades enfrentadas, seja pela educação (retomar os estudos, alfabetização, capacitação etc.), seja pelo trabalho (formação de cooperativas, estágios remunerados, etc.). Aqui, mesmo considerando o apoio concedido pela municipalidade às mulheres beneficiadas pelo programa, já que elas são maioria, é preciso salientar que as instituições do governo, sobretudo aquelas ligadas à assistência social, constroem e interpretam as necessidades das mulheres de acordo com um padrão de atendimento de demandas que desencoraja a contestação (Fraser, 1987).

Apesar de o programa focalizar o bem-estar do núcleo familiar, o cartão magnético destinado ao saque do benefício é feito em nome da mulher que se identifica como “responsável” pelos demais habitantes do domicílio. O presidente Lula justifica essa opção com o seguinte argumento: “Não que as mulheres sejam melhores do que os homens, eu acho que elas têm mais responsabilidade no trato da família”⁷ Essa afirmação nos remete ao papel de “cuidadora” exercido pela mãe, ao fato de a mulher ser o principal meio de sustento de famílias pobres e ao “lugar” doméstico estabelecido socialmente para a mulher nas sociedades atuais.

Essa constatação é, todavia, negligenciada por atores do governo que argumentavam que a transferência de renda auxilia na emancipação da mulher. Como apontou, na época, a então Secretária Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social, Rosani Cunha, “a preferência pela mulher [para receber a renda do Bolsa-Família] é também uma estratégia de empoderamento feminino, uma afirmação da mulher como ser independente e autônomo”⁸.

Sob esse ângulo, o discurso do governo era de que o benefício seria versado à mulher, pois ela, deste modo poderia alcançar autonomia. E não só a autonomia financeira, mas a autonomia política: que as constitui como sujeitos de fala e de discussão paritária. Por outro lado, todavia, as mulheres beneficiadas, por estarem localizadas nos círculos mais distanciados das arenas deliberativas centrais e por dificilmente serem consideradas como agentes de discurso, se depararam com a falta de abertura às transformações sociais, econômicas e institucionais. Muitas delas são líderes comunitárias com forte influência em suas comunidades e isso deve ser considerado quando refletimos acerca das transformações emancipatórias promovidas pelo programa, sobretudo no âmbito da produção de decisões, escolhas, preferências e

julgamentos acerca do modo como definem agir e viver a própria vida.

A crítica feminista se preocupa com o impacto da opressão e da dominação nas preferências assumidas e escolhas feitas pelas mulheres. Para Biroli (2012), padrões opressivos de socialização alimentariam uma reprodução da moral fundada na obediência. Assim, seria preciso “*avançar na compreensão das possibilidades e limites para o exercício da autonomia em contextos nos quais não há coerção, mas constrangimentos sistemáticos, que podem ser sutis, cotidianos e relacionados a estereótipos que são internalizados pelos indivíduos*” (2012: 9). A consideração das mulheres como “vítimas sem agência” impede o exame de contextos em que há opressão e internalização/institucionalização de valores, identidades e práticas que permitem que a opressão se mantenha (naturalização de posições desvantajosas). Assimetrias e desigualdades estruturais diversas têm impacto na definição das possibilidades, ambições e escolhas efetivamente disponíveis aos indivíduos. As possibilidades de ressignificação da experiência vivida, sem desconsiderar relações de poder, trazem para o centro da reflexão a capacidade de experimentar o próprio corpo como objeto de leis e regras, mas também como protagonista na definição da posição da mulher no mundo. A tensão entre discursos, ideologias e representações hegemônicas e, de outro lado, a singularidade das experiências vividas, corporificadas e narradas dão a ver que não se pode reduzir a zero o poder de agência dos sujeitos.

Mulheres empobrecidas beneficiadas pelo Bolsa-Família, por estarem frequentemente localizadas nos círculos mais distanciados das arenas deliberativas centrais (Marques, 2009) se vêem constantemente diante de vários obstáculos para atingir sua emancipação e autonomia. Associado a essas assimetrias e desigualdades está o fato de que os meios de comunicação definem papéis a serem assumidos pelas beneficiárias, estabelecendo para elas lugares de fala já marcados pela desvalorização e pelo preconceito. Mas apesar da construção de representações redutoras que enfocam as mulheres como vítimas ou como batalhadoras que vencem pelo mérito, é possível identificar várias formas de agência e produção de enunciados que se opõem à precariedade e à opressão. Os pobres, e sobretudo as mulheres pobres, não fariam parte de uma “partilha política do sensível”⁹ (Rancière, 1995). Contudo, essas mulheres constroem cenas de enunciação em que não só trabalham seus discursos, posicionamentos e anseios, como também descobrem e utilizam recursos, habilidades e oportunidades para a construção de sua autonomia (Marques, 2009).

Políticas sociais como o Programa Bolsa Família possuem uma ambiguidade intrínseca: de um lado, promovem visibilidade a seus beneficiários, no sentido de serem notados como cidadãos com “poder de compra” e existência material. De outro, promovem experiências de desestabilização e humilhação que reenviam os beneficiários ao ostracismo e ao distanciamento da vida pública (por exemplo, a associação do benefício do programa a uma esmola dada pelo governo - enquadramento presente na mídia - e, conseqüentemente, a classificação dos beneficiados como mendigos e párias sociais). Contudo, elas podem, junto com iniciativas locais, promover espaços de auto-expressão, conversação, compartilhamento de experiências e discussão coletiva, os quais permitem o desenvolvimento de capacidade e formas de atividade que são condições para a autonomia política e para o reconhecimento social (Marques e Maia, 2010).

ESCOLHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

A reflexão que desenvolvo acerca de imagens fotojornalísticas ligadas ao enquadramento de mulheres empobrecidas no contexto do Programa Bolsa-Família tem inspiração na abordagem proposta por Benjamin Picado (2014) acerca de uma dimensão acontencimental, discursiva e narrativa de tais imagens. Segundo esse autor, uma imagem fotojornalística é “*originária dos modos nos quais o instante visual é capaz de significar a ligação do discurso jornalístico com a ordem temporal do eventos*” (2014: 21). Tal imagem mobiliza esquemas perceptivos para a produção e interpretação dos enunciados sobre os fatos que representa. Além disso, a imagem fotojornalística opera, de acordo com Picado, por meio da construção de um discurso visual que implica os leitores-espectadores através das ideias de testemunho, responsabilidade ética (atentar para as demandas e o clamor do sofrimento alheio) e apreensão da alteridade. Sob essa perspectiva, instiga-me observar como o regime narrativo sob o qual opera a imagem fotojornalística é investido de uma potência política presente nos “*enquadramentos, qualidades plásticas, jogos de instabilidade e fixidez de motivos, rendição de gestos, fisionomias e posturas corporais, posições relativas dos corpos e objetos no ambiente representacional*” (Picado, 2014: 26).

Neste estudo, analiso 8 fotografias publicadas por jornais e revistas de grande circulação no Brasil (*Folha de S. Paulo; O Globo; Época, Veja e Marie-Claire*), procurando identificar e analisar as formas de “aparência” (conquista de visibilidade e fala) de mulheres empobrecidas beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família, e as possibilidades que se apresentam para que elas se apropriem de sua exposição, de seu

corpo e dos enunciados a elas atribuídos. As análises aqui desenvolvidas foram desdobradas de minha pesquisa de doutorado, na qual avalio, entre os anos de 2003 e 2007, a deliberação sobre o Programa na mídia impressa e televisiva, assim como nos espaços de conversação cotidiana de beneficiárias das cidades de Campinas e Belo Horizonte (Marques, 2009, 2010). Ao longo da pesquisa foram reunidas cerca de 170 imagens que retratam beneficiários e beneficiárias do Programa, as quais nos auxiliaram a elencar os enquadramentos midiáticos utilizados para construir os argumentos que alimentaram o debate social.

Busco “ler” nas imagens as possibilidades de ação política e os elementos passíveis de evidenciar a criação de dissensos e de desidentificação. Segundo Picado, os operadores capazes de nos auxiliar na busca de uma política das imagens são os valores comunicacionais que atribuímos aos gestos, à postura corporal, à aparência dos elementos da cena e a expressão fisionômica momentânea dos agentes, assim como a relação que esses elementos podem manter entre si e com o espaço restante.

Parto do entendimento de que a imagem é, como salientou Rancière (2012), um conjunto de operações e de relações que permite a existência do visível e das temporalidades. Nesse sentido, me interesso pelas relações que definem as imagens para além de sua dimensão representativa. O argumento de que as imagens são operações discursivas e políticas que produzem distância, dessemelhança e dissenso aproximam Rancière de Marie-José Mondzain (2009, 2011), para quem a imagem opera relações de poder e regula as distâncias entre as pessoas. Quando consideramos as imagens não como reflexo material de um real pré-fabricado, é possível tomar as relações e dispositivos que lhes conferem “carne” como alvo de reflexão crítica mais detida. Tendo em vista que “quando a imagem não é uma coisa, ela provoca o advento de alguém” (Mondzain, 2011: 106), interessa-me justamente estudar como as operações discursivas de visibilidade no fotojornalismo conjugam palavras e imagens de modo a fazer aparecer alguém em uma cena polêmica, evidenciando os hiatos da relação com a alteridade e o desejo de um “comum” que unifique sem apagar as diferenças. Como afirma Mondzain (2009), na imagem se joga o lugar que atribuímos ao outro: ela nos revela crenças, julgamentos, hierarquizações de valores, modos de classificar e valorizar a alteridade. Existe, então, no ato de ver, um gesto invisível que constitui modos diferenciados de “partilha do sensível”¹⁰, ou seja, de distinção entre o que se deixa ver e o que se propõe invisivelmente ao olhar. Assim, “a imagem não é um signo entre ou-

tros, ela tem um poder específico, o de fazer ver, de pôr em cena formas, espaços e corpos que oferece ao olhar” (Mondzain, 2009: 25).

A política das imagens também é fruto da desconstrução de visibilidades programáticas, aquelas feitas para comunicar uma mensagem unívoca e consensual, “absorvida como uma substância com a qual o incorporado se identifica, com a qual se funde, sem réplica e sem palavra” (Mondzain, 2009: 33). Sob esse aspecto, a política das imagens promove desidentificação, desajustes, desenquadramentos. Isso não significa que as imagens por si mesmas, sem sua relação com um espectador, sejam as únicas responsáveis pelas transformações políticas. Como destaca Didi-Huberman (2011, 2012), uma fotografia não devolve a palavra ao sujeito fotografado. Contudo, uma fotografia jornalística tem o poder de expor os sujeitos retratados a uma dimensão de uma possibilidade de palavra, de enunciação e de formulação de um modo de “aparecer” diante de e para os outros. Uma imagem fotojornalística vem geralmente acompanhada de um texto que posiciona situacionalmente os sujeitos e de uma legenda que pode, ou não, se servir de citações literais, ou seja, da palavra do fotografado. Corpo fotografado e palavra transformada em citação direta pode ser despotencializados via estereótipos reificantes, mas podem fornecer pistas interessantes para a leitura dos modos de partilhar o sensível que organizam nossas interações políticas e sociais.

Um exercício analítico de produção de modos de legibilidade das imagens fotojornalísticas (e das operações de visibilidade e narratividade que configuram essas imagens) deve considerar um triplo movimento: a) a produção de descrições que avaliem marcas, sinais, gestos e modos de aparência dos indivíduos retratados; b) a identificação das ausências de sutura entre discurso e imagem (o encaixe perfeito entre ambos leva ao consenso e ao estereótipo), evidenciando como as imagens também podem conferir às palavras a sua legibilidade desapercebida; e c) as distâncias que a imagem reserva entre o visível e o espectador, uma vez que o que se cola aos nossos olhos não é visto. Tais dimensões de análise nos permitem perceber que “uma imagem só pode expor o seu tema corretamente se implicar a relação com a linguagem que a sua própria visibilidade é capaz de suscitar ao perturbá-la, exigindo sempre dela que se reformule, que se ponha em causa” (Didi-Huberman, 2011: 46).

Busco avaliar se os corpos e rostos das mulheres fotografadas (seus gestos, expressões faciais, posturas, olhares) reiteram e reforçam as legendas e narrativas que acompanham as imagens, ou se permitem questionar lugares enunciativos que se

aproximam da lógica de registro de sujeição consensual. Acredito ser possível identificar marcas de resistência e dissenso não só no corpo dos indivíduos fotografados, mas também nas dissonâncias entre texto (legenda, citações diretas, título da matéria e seu conteúdo) e imagens, evidenciando tensões próprias do tornar-se visível. Parto do pressuposto de que a política das imagens se associa, em uma de suas dimensões, ao gesto de “ler” nas imagens posturas e imposturas que se materializam no rosto e nas pistas gestuais que podem ser capazes de “trair” a legenda e a narrativa jornalística que insistem em devolver essas mulheres a “lugares” previamente e consensualmente definidos para “mães pobres dependentes de auxílio do governo”. Os enunciados resistentes (expressões, gestos, olhares, etc.) oferecem a possibilidade de produzir uma outra cena de “aparência”, transformando as coordenadas de enunciação da vida.

No itinerário analítico, busco encontrar uma possibilidade de dialogar com Rancière, Mondzain, Didi-Huberman, Picado e com outros autores que se interessam em evidenciar a política das imagens, destacando o papel da estética em produzir uma poética da política, na qual são as ações e “aparições” situadas dos sujeitos que produzem a política e, nesse mesmo gesto, encontram e agem sobre as lógicas policiais sob as quais vivemos.

POLÍTICAS DA IMAGEM, IMAGENS POLÍTICAS

Segundo Rancière (2010), há hoje uma tentativa de se evidenciar que imagens e obras artísticas são políticas, sobretudo devido ao tema de que tratam (injustiça, movimentos sociais, conflitos, sofrimentos, etc.) e às mensagens que desejariam transmitir, enfatizando estigmas de dominação, questionando estereótipos, convocando os espectadores a assumirem uma postura crítica, muitas vezes de indignação e revolta. Ele afirma que a política não pode ser identificada a partir de uma instrução fornecida pelas imagens (e obras artísticas) para a indignação, o assombro, a constatação da injustiça, o compadecimento ou mesmo o horror. A partir dessa constatação, Rancière nos apresenta algumas definições que não descrevem as imagens políticas (e também a política das imagens), para depois caracterizar seu escopo. Seguiremos a ordem argumentativa do autor.

Um dos problemas em associar política e imagem (e mesmo política e arte), segundo ele, está na crença em um roteiro previamente estabelecido de leitura, interpretação e posicionamento diante das imagens. Rancière, contudo, afirma que a política das imagens não está no conteúdo representativo

por elas expresso e nem se concretiza como uma instrução para interpretar o mundo e transformá-lo através da tomada de consciência de formas opressoras. A imagem não pode ser confundida com um guia para a ação política e nem um instrumento de conscientização massiva. Nesse sentido, Rancière propõe um modo de compreensão das imagens que escapa ao pressuposto de que há uma relação necessária de causa-efeito entre o que a obra mostra e a recepção do espectador, ou, ainda, que a intenção do artista vai provocar uma mudança repentina e profunda nos quadros de sentido que orientam a percepção de mundo do espectador. Por isso, o lugar da política na arte, segundo Rancière, não é aquele que pretende usar a representação para corrigir os costumes, valores e ações. A política da arte, para ele, implica em um distanciamento e uma suspensão de toda relação determinável entre a intenção de um artista e o olhar de um espectador (Marques, 2014). *“A boa distância ou o lugar do espectador é uma questão política. A violência reside na violação sistemática da distância. Esta violação resulta das estratégias espetaculares que misturam, voluntariamente, ou não, a distinção dos espaços e dos corpos para produzir um contínuo confuso onde se perde toda a probabilidade de alteridade”* (Mondzain, 2009: 43).

Um outro problema recorrente da aproximação entre política e imagem consiste na percepção de que a imagem, para ser política, deve retratar as injustiças e mazelas sociais. Contrariamente a esse argumento, Rancière ressalta que não basta retratar uma situação social de penúria e sofrimento ou nutrir uma simpatia pelos explorados e desamparados para tornar uma imagem política. Também não basta evidenciar uma simpatia pelos subalternos e marginalizados. Para ele, é equivocado pensar que a política da imagem deriva de *“um modo de representação que torne essa situação inteligível enquanto efeito de certas causas e que a leve a produzir formas de consciência e afetos que a modifiquem”* (2009: 53). A imagem não deve ser, segundo ele, reduzida a um texto que busque esclarecer as causas e efeitos das injustiças. Ela não pode se relacionar com o receptor em uma espécie de ligação contínua, que associa as intenções do produtor com as interpretações do receptor de maneira pacífica e imediata.

Uma imagem não pode ser considerada política por uma suposta capacidade que possui de reconstituir os vínculos sociais, possibilitando a “inclusão” de indivíduos subjugados ou a redenção daqueles que sofrem, e, assim, uma erradicação de formas de opressão. *“Trata-se de fazer com que a riqueza sensível e o poder da palavra e de visão que são subtraídos à vida e ao cenário das vidas precárias lhes possa ser*

restituído, possa ser posto à sua disposição” (Rancière, 2009: 60). Ele aponta ainda que a política não deve ser situada fora das imagens - nas pretensões dos artistas, nas adequações ou inadequações identificadas para a representação de lutas de grupos minoritários, nas repercussões e entelaçamentos de esferas públicas ou na construção de enquadramentos interpretativos críticos (ainda que essas dimensões sejam importantes). Se insistimos em atribuir política à imagem tendo em conta um pretenso caráter de incidir de modo concreto e prático sobre injustiças, corremos o risco de adotar a postura de nos colocarmos diante das imagens julgando sua pertinência ou não a representações mais justas e plurais, apontando erros ou distorções passíveis de ocorrerem. Análises que consideram que a imagem é apenas um gatilho para que se encontre a política em outro lugar desconsideram vários de seus elementos estéticos, narrativos e discursivos.

As imagens, de acordo com Rancière (2010, 2012), são políticas na medida em que podem devolver a capacidade de promover ruptura e dissenso a paisagens homogêneas, de concordância geral e assujeitamento. A política das imagens associa-se, portanto, ao modo como a imagem pode desvelar potências, reconfigurar regimes de visibilidade e questionar ordens discursivas opressoras. A política das imagens é, portanto, *“a atividade que reconfigura os quadros sensíveis no seio dos quais se dispõem os objetos comuns, rompendo com a evidência de uma ‘ordem natural’ que define os modos de fazer, os modos de dizer e os modos de visibilidade”* (Husak, 2012: 103).

Sob esse aspecto, uma imagem é política quando deixa entrever as operações que influenciam na interpretação daquilo que vemos, ou seja, a potência política está tanto nas imagens quanto nas relações e operações que as definem. Essas operações influenciam na caracterização política do que vemos, são as relações que definem as imagens, isto é as relações que se estabelecem dentro e fora do âmbito artístico, que pre-configuram enunciados, que montam e desmontam operações discursivas e narrativas entre o visível e o invisível, o dizível e o silenciável. Como afirma Rancière, *“a imagem não é simplesmente o visível. É o dispositivo por meio do qual esse visível é capturado”* (2007: 199) e os modos de sua captura. *“Ela é uma ação que coloca em cena o visível, um nó entre o visível e o que ele diz, como também entre a palavra e o que ela deixa ver”* (Rancière, 2008: 77). Assim, a política das imagens pode ser descrita como estratégia própria de uma operação estética e artística, *“um modo de acelerar ou retardar o tempo, de reduzir ou de ampliar o espaço, de fazer coincidir ou não o olhar e a ação, de encadear ou não encadear o antes e o depois, o dentro e o fora. Seria*

o caso de dizer: a relação entre uma questão de justiça e uma prática de justiça” (Rancière, 2012: 121).

Se a política das imagens está intrinsecamente ligada ao modo como, nas imagens, operações discursivas de enquadramento constituem regimes de visibilidade capazes de regular e constringer o “aparecer” dos sujeitos, me parece instigante estudar tais operações a partir de registros e narrativas fotojornalísticas que circulam amplamente na sociedade e que, tradicionalmente, seguem padrões que, a princípio, dificultariam a emergência de dissensos.

IMAGENS

A primeira imagem que desejo analisar ilustra uma matéria produzida pela revista Marie-Claire, em dezembro de 2012, acerca de como mulheres sertanejas vinham conquistando autonomia, respeito e resistência à dominação masculina via auxílio do Programa Bolsa Família. O texto apresenta testemunhos de mulheres que se separaram de maridos agressores e violentos por não mais precisarem se submeter a eles para manter o sustento do lar. Revela também como várias mulheres se recusaram a fornecer o dinheiro do programa a seus companheiros (o cartão do benefício é feito em nome da mulher), rebelando-se contra uma cultura de subserviência e auto-aniquilamento. Tanto o texto quanto as narrativas das mulheres entrevistadas são ricos em exemplos de politização do cotidiano vivido e criação de espaços dissensuais no âmbito doméstico. Contudo, a foto e a legenda que vemos abaixo não retrata, de modo algum essa potência de emancipação.



Figura 1

Foto: Arquivo/ Editora Globo

Fonte: SANCHES, Mariana. “O Bolsa Família e a revolução feminista no Sertão”, Revista Marie Claire, 03/12/2012.

Legenda: O dinheiro do Bolsa-Família trouxe poder de escolha às mulheres do sertão

“Uma revolução está em curso. Silencioso e lento - 52 anos depois da criação da pílula anticoncepcional - o feminismo começa a tomar forma nos rincões mais pobres e, possivelmente, mais machistas do Brasil. O interior do Piauí, o litoral de Alagoas, o Vale do Jequitinhonha, em Minas, o interior do Maranhão e a periferia de São Luís são o cenário desse movimento. (...) É claro que as mudanças ainda são tênues. Ninguém que visite essas áreas vai encontrar mulheres queimando sutiãs e citando Betty Friedan. Mas elas estão começando a romper com uma dinâmica perversa, descrita pela primeira vez em 1911, pelo filósofo inglês John Stuart Mill. De acordo com Mill, as mulheres são treinadas desde crianças não apenas para servir aos homens, maridos e pais, mas para desejar servi-los. Aparentemente, as mulheres mais pobres do Brasil estão descobrindo que podem desejar mais do que isso.” (Trecho da matéria de Marie Claire).

A foto estereotipada que vemos acima localiza uma numerosa família numa paisagem árida, isolada e seca, característica das paisagens nordestinas que sugerem poucos horizontes de transformação. O plano de conjunto não permite ao leitor perceber os rostos, olhares e corpos, pois ganha destaque uma configuração de grande plano, que apenas deixa entrever algumas questões: a mãe e a filha mais velha aparecem ao fundo, depois de todos os membros dispostos na frente da casa, em uma posição que sugere “esteio”, base; o pai aparece ao centro, de camisa clara, indicando sua posição hegemônica no âmbito familiar; todos estão vestidos, o que, ao contrário das imagens veiculadas no ano de 2003 (em que as crianças apareciam geralmente nuas ou semi-nuas), indica uma melhoria do consumo (ver Marques, 2010). Essa foto pode ser considerada como emblemática do registro da situação dos beneficiários de 2003 a 2009, em média, sempre dissolvendo os corpos na paisagem de modo que as condições e possibilidades de subjetivação aparecem determinadas por sua inserção geográfica prévia, e por ideologias que inserem e restringem a mulher nordestina ao contexto doméstico, à maternidade e à subserviência ao marido. Podemos compreender essa imagem como síntese de uma narrativa que associa pobreza, seca, nordeste e dependência, sendo originada por um sistema representativo e de relações estabelecidas a priori que define o seu modo de apresentação e figuração em uma narrativa específica sobre o pobre e a pobreza.

A potência política desta imagem certamente não se encontra em seu conteúdo sensível, mas nas operações de visibilidade que conjugam texto e imagem de modo a configurar uma montagem “desajustada”, uma montagem ou encadeamento que não expressa a contiguidade ou continuidade entre

ambas essas formas expressivas, mas um hiato, uma ruptura, uma lacuna que oferece a possibilidade de refletir acerca da pluralidade de modos de subjetivação - modos de ser, existir e posicionar-se - que muitas vezes não são considerados por uma ordem discursiva concensual que associa pobreza à carência e submissão. Enquanto a legenda se refere a uma “revolução feminista no Sertão”, a imagem oferece registros de uma intensa submissão e subjugo: à seca e ao patriarcado. O texto da matéria dá a entender que a revolução feminista não se realiza de fato, pois busca mudanças amplas e profundas, ignorando o depoimento das mulheres ou reduzindo-os a pequenos exemplos de astúcias diante de dificuldades insuperáveis.

Esse poder de encadear não é o poder do homogêneo - não é se servir de uma história para afirmar o sofrimento. É, segundo Rancière (2009), o poder do heterogêneo, do choque imediato entre três “solidões”: a solidão do plano, a da foto e a das palavras que falam de uma coisa completamente diferente, num contexto em tudo diverso.

Interessa-me justamente estudar como as operações de visibilidade conjugam palavras e imagens de modo a fazer aparecer alguém em uma cena polêmica, na qual o processo de criação de dissenso dá a ver um sujeito múltiplo, portador de vários “nomes” e passível de ocupar lugares que, a princípio, não lhe foram designados. Tais operações de visibilidade que configuram a imagem têm, portanto, sua dinâmica assegurada pelo desenho singular de interfaces e tensionamentos entre palavra e imagem. Assim, é importante destacar que, de acordo com Rancière, “(...) a imagem não é uma exclusividade do visível. Há um visível que não produz imagem, há imagens que estão todas em palavras. Mas o regime mais comum da imagem é aquele que põe em cena uma relação do dizível com o visível, uma relação que joga ao mesmo tempo com sua analogia e sua dessemelhança. Essa relação não exige de forma alguma que os dois termos estejam materialmente presentes. O visível se deixa dispor em tropos significativos, a palavra exibe uma visibilidade que pode cegar.” (2012: 15)

A segunda imagem analisada foi extraída de uma reportagem especial, produzida pela Revista *Época*, destinada a recolher depoimentos de mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa Família de modo a compor um quadro avaliativo das mudanças promovidas em suas vidas. Novamente o destaque é conferido a habitantes do nordeste e, desta vez, do sertão paraibano. As personagens entrevistadas são Josita Pereira da Silva, 49 anos, e sua mãe, Maria Pereira da Silva, 84, que é cega. Ambas recebiam à época R\$ 60 reais mensais do programa e afirmaram que nada havia mudado, como pode ser verificado no trecho de depoimento transcrito abaixo:



Figura 2

Foto: Leo Caldas/ Editora Globo

Fonte: BAHÉ, Marco. “A influência do Bolsa-Família na vida das pessoas”, Revista Época, 07/11/2008

Legenda: Josefa Pereira da Silva (49 anos) e sua mãe, Maria Pereira da Silva (84 anos). São assistidas pelo programa Bolsa Família mas acham que a situação não mudou e nem vai mudar.

“Dá para viver não. Dar para ir relando”... A gente preferia tirar o sustento da terra. Mas não dá. Chuva aqui é só quando Deus quer. Por isso que quase todo mundo foi embora. Só ficamos nós. Não tenho esperança de melhora. Sei que minha sina é tocar a vida nessa dureza. Só peço que Deus me dê força para cuidar da minha mãe até o último dia dela. (Josefa)

Nos chama a atenção a composição da fotografia, que traz um pano de fundo ligeiramente inclinado e um primeiro plano marcado pela luz do entardecer e dos rostos das duas mulheres em destaque. Diferentemente da imagem anterior, que valorizava antes a paisagem e o imaginário da fome e da seca, esta imagem, principalmente pelo jogo de luz do entardecer, confere destaque aos rostos sulcados e envelhecidos das personagens. São os rostos iluminados parcialmente, indicando a proximidade da noite, que sugerem agora um protagonismo das mulheres e de seus relatos. De certa forma, a luminosidade que incide sobre a casa e os corpos das mulheres tem o efeito de revelar a aridez de uma vida marcada por muitas lutas, resistências e perdas, acentuadas pelo testemunho que elas produzem acerca da secura da terra e da dureza do trabalho.

A despeito de sua efetividade gráfica, essa imagem aponta para outro lugar, para além dela mesma, para uma vida, um clamor e uma precariedade que ela não consegue mostrar via representação. Essa imagem traz de volta o rosto sob a forma de uma interpelação ética (no sentido Levinasiano)¹¹ diante da expressão de uma agonia, do sofrimento e de uma insegurança por meio das quais atentamos para a precariedade da vida do Outro (Butler, 2015). Voltaremos a essa reflexão nas considerações finais.

Apesar de legenda e texto sugerirem ausência de mudança no cenário da escassez, a imagem nos oferece outros elementos que não só aqueles da restrição e das limitações. Sobretudo se percebermos os fios de eletricidade que cortam diagonalmente a imagem, acima das duas mulheres e que remetem à chegada da luz à zona rural, diminuindo o isolamento e a escassez que tanto são ressaltados na primeira imagem. Como aponta Pelbart, “é preciso se perguntar de que maneira, no interior da megamáquina de produção de subjetividades podem surgir novas formas de se agregar, de trabalhar, de produzir sentido, de inventar dispositivos de valorização e auto-valorização” (2002: 28). Para ele, são as vidas extremas e liminares que nos sugerem a encontrar, no âmago da impotência, a potência máxima, de modo uma ética se desenha a partir desses exemplos, nos quais as mulheres demonstram ter a força de estar à altura da própria fraqueza, ao invés de permanecer na fraqueza de cultivar apenas a força (Pelbart, 2002).

Sob esse viés, acredito que a política das imagens se associa, em uma de suas dimensões, ao gesto de “ler” nas imagens posturas e imposturas que se materializam no rosto e nas pistas gestuais que podem ser capazes de “trair” a legenda e a narrativa jornalística, assim como seu enquadramento, que insistem em devolver essas mulheres a “lugares” previamente definidos para “mães pobres dependentes de auxílio do governo”. Elas oferecem a possibilidade de produzir uma outra cena de “aparência”, transformando as coordenadas de enunciação da vida. “Uma imagem nunca está sozinha. Pertence a um dispositivo de visibilidade que regula o estatuto dos corpos representados e o tipo de atenção que merecem. A questão é saber o tipo de atenção que este ou aquele dispositivo provoca” (Rancière, 2012: 96).

Ao apontar para regimes de visibilidade sob os quais as imagens são produzidas e através dos quais os sujeitos e corpos presentes na imagem têm seu modo de aparecer influenciado por constrangimentos próprios de um regime discursivo que as antecede, Rancière deixa claro que uma investigação acerca da política das imagens deve procurar observar: a) o modo como os corpos representados indicam possibilidades de resistência, subversões e reinvenções dos modelos de captura aos quais estão submetidos rotineiramente; b) o modo como as imagens se oferecem ao espectador como imagens pensativas, que apontam sobre o que refletir sem se dirigir ao pensamento em um único sentido.

Assim, a politicidade de uma imagem é aquela que produz, a partir de seus próprios meios expressivos, “reajustes/rearranjos materiais dos signos e das imagens, das relações entre o que ve-

mos e o que dizemos, entre o que fazemos e o que podemos fazer” (Rancière, 2000: 62). E, com isso, pode “reconfigurar a carta do sensível ao dessarranjar a funcionalidade dos gestos e dos ritmos adaptados aos ciclos naturais da produção, da reprodução e da submissão”(idem). Dito de outro modo, é uma potência que permite uma recombinação de signos capaz de desestabilizar as evidências dos registros discursivos dominantes e se configura por meio do gesto de “jogar com a ambiguidade das semelhanças e a instabilidade das dessemelhanças, operar uma redistribuição local, um rearranjo singular das imagens circulantes” (Rancière, 2012: 34).

Em um primeiro momento, pode-se pensar que há nessas imagens e enquadramentos de mulheres pobres, principalmente na primeira, uma fixação da identidade por meio de estereótipos, acentuado pela representação negativa associada ao local de moradia e do gênero. Muitas dessas imagens podem apresentar pontos em comum nos traços dos rostos e nos modos de mostrá-los e de posar para a foto, mas, olhando com cuidado, é possível distinguir pequenos gestos, inflexões, posturas e peculiaridades que fazem com que esses rostos questionem, interroguem, interpelem e convoquem os espectadores para além de um lugar previamente estabelecido, ou seja, para além da indignação, da pena, da culpabilização dos pobres e de sua condenação. Nas fotografias abaixo (figuras 3, 4 e 5), parece-nos que a imagem se sustenta em uma certa distância que é acentuada entre o visível, o não-visto e o olhar que os coloca em relação. De algum modo, essas imagens destoam das visibilidades programáticas oferecidas ao consumo consensual e feitas para comunicar uma mensagem unívoca:



Figura 3

Foto: André Coelho / O Globo

Fonte: WEBER, Demétrio. “Bolsa Família: mais de 1,6 milhão de casas abriram mão do benefício”, *Jornal O Globo*, 07/05/2013.

Legenda: Rosana não quer carteira assinada por temer perder Bolsa Família

Mãe de três filhos adolescentes, Rosana trabalha três vezes por semana, limpando residências e lavando roupas, em Formosa, Goiás. Diz que começou aos 12 anos, como babá, depois que o pai morreu. Ela cobra R\$ 30

por diária. Rosana teme que um emprego com carteira assinada a impeça de receber o Bolsa Família. Ela está desinformada, pois o único critério levado em conta pelo programa é a renda familiar per capita, obtida em emprego formal ou informal. — “Eu nem procuro serviço fichado, com medo de perder esse dinheirinho. Diz que a gente não pode trabalhar. E esse dinheirinho é uma salvação. A hora que eu não tiver mais precisando, faço questão (de sair do programa). Mas, hoje, é muito útil para mim” — afirmou a diarista. (Trecho da matéria)



Figura 4

Foto: André Coelho / O Globo

Fonte: WEBER, Demétrio. “É covardia não necessitar e ficar recebendo, diz ex-beneficiária”, *Jornal O Globo*, 07/05/2013.

Legenda: Selma fez primeira-dama de Formosa chorar *A diarista Selma Patrícia da Silva, de 42 anos, conta que já foi beneficiária de programas de transferência de renda do governo, mas voluntariamente abriu mão depois que melhorou de vida. Selma diz ter recebido dinheiro do Auxílio Gás, do Bolsa Escola e do Bolsa Família na época em que ela e o marido faziam bicos como doméstica e pedreiro para sustentar os cinco filhos. Após construir a casa onde vive, em Formosa, a diarista decidiu devolver o cartão. — Pensei assim: da mesma forma que serviu para os meus filhos, vai ajudar outras pessoas. Acho muita covardia a pessoa não necessitar e ficar recebendo. Entreguei o cartão na mão da primeira-dama (do município), que começou a chorar — relembra Selma. (Trecho da matéria).*



Figura 5

Foto: Guilherme Zauith

Fonte: BARBIERI, Cristiane. “Os filhos do Bolsa Família”, *Revista Época*, 27/12/2014.

Legenda: Mais fácil, mas nem tanto.

“Se eu tenho uma vida melhor do que a minha mãe? Não”, responde, definitiva, Débora Rosa de Oliveira (no centro), de 18 anos, moradora do bairro de Rio Claro, em Itaoca. Ela diz não ter ido para a roça ainda criança, mas sabe que terá dificuldade para entrar numa faculdade ou encontrar um emprego mais qualificado. Sua expectativa, depois de terminar o ensino médio, no fim do ano, é que uma prima arrume uma vaga num supermercado em Sorocaba. Suas irmãs acreditam numa vida melhor. Gabriele, de 13 anos (à dir.), é boa aluna e quer ser psicóloga. Caroline, de 12, não tem a menor ideia do que fará. (Trecho do texto da matéria)

Conseguimos identificar nas imagens acima, principalmente na 4 e na 5, dimensões de agência em ângulos ou poses em que o enquadramento focaliza as mulheres menos como elemento de uma paisagem de precariedade e mais como protagonistas de um agenciamento que as desloca do interior do lar ao exterior (imagem 5), num modo de enquadrar que confere especial atenção à face e ao olhar dessas mulheres. É interessante perceber que, na figura 3, a mulher em primeiro plano não olha diretamente para o leitor e ainda sugere, pelo olhar oblíquo, um tipo de desconfiança, de medo. A senhora que aparece ao fundo da imagem, desfocada, também olha em outra direção, como se não pudesse encarar as lentes/leitor, porque reconhecem agir de maneira inadequada (deixar de procurar emprego para não perder o benefício do Programa) àquilo que socialmente é entendido como postura ética daquele sujeito contemplado por um auxílio do governo. Há nesse enquadramento das mulheres uma forma de violência que as condena e as sentença à culpa. Como se essas mulheres fossem menos dignas de valor do que aquelas que conseguem enfrentar e sustentar um olhar diante do leitor que presumivelmente as interroga e avalia suas condutas.

O mesmo já não ocorre na figura 4, que também destaca o rosto de uma mulher cuja conduta é caracterizada como “exemplar”, uma vez que nada deve ao Governo já que devolveu o cartão após “melhorar de vida”. Na imagem há um jogo de luz e sombra que acentua o quadro de julgamento e possível “absolvição” diante do olhar do leitor, que a mulher sustenta ao “encará-lo”.

Conseguimos perceber que essas imagens não se oferecem prontamente à identificação (como ocorria na figura 1). Elas não são operadores do mesmo, mas agentes de estranhamentos e desajustes. Nesses casos, o rosto é algo que nos fornece uma importante chave para compreendermos o testemunho singular dessas mulheres, ao mesmo tempo em que sua experiência nos revela ser inalcançável. “A fotografia tornou-se uma arte, fazendo falar duas vezes o rosto dos anônimos: como testemunhas mudas de

uma condição inscrita diretamente em seus traços, suas roupas, seu modo de vida; e como detentores de um segredo que nunca iremos saber, um segredo roubado pela imagem mesma que nos traz esses rostos” (Rancière, 2012: 23).

Segundo Picado, a visão de um rosto fotografado carrega consigo uma intenção relacional e conversacional, “já que nelas se efetiva o propósito de criar no espectador a impressão de um tipo especial de actância, aquela da conversação direta (e, por que não dizê-lo, também a da dimensão política da simpatia)” (2009: 289). Esse autor afirma que, no retrato fotográfico, a convocação do espectador promovida pelo rosto quebra modelos e padrões que já são reconhecidos, favorecendo um tipo de relação com o espectador da ordem do inesperado. Ao ser rendido pelo olhar do rosto fotografado, o espectador se transformaria numa espécie de participante vicário da situação instaurada pelo arranjo da fisionomia na imagem.¹²

Mas nem sempre a presença do rosto e do corpo das mulheres em primeiro plano revela uma ruptura com estereótipos ou com enquadramentos redutores do agenciamento subjetivo. Como podemos ver nas figuras 6, 7 e 8, por mais que as mulheres sejam preferencialmente retratadas em primeiro plano (algumas vezes de “baixo para cima”, como na figura 8), como “agentes” que lutam por uma vida melhor, o enquadramento as devolve a uma situação de espera por ajuda (às vezes até divina) ou oportunidade (que depende de uma percepção introjetada de que ser bem sucedido na vida é algo que depende unicamente do sujeito).



Figura 6

Foto: Eduardo Anizelli/ FolhaPress

Fonte: CARVALHO, Daniel. Famílias deixam pobreza extrema, mas ainda enfrentam dificuldades; leia histórias, Folha de S. Paulo, 03/02/2013.

Legenda: Antônia Pereira Galvão, 37, em sua casa na pequena cidade de Joaquim Pires, Piauí. Ela recebe R\$162 do Bolsa Família.

A dona de casa Antônia Pereira Galvão, 35 - O filho caçula, João Vitor, de 11 meses, já sofre as consequências da pobreza extrema da qual, oficialmente, não faz mais parte. Não tem fraldas, urina no chão e dorme em uma rede, doente, com o pulmão cheio de catarro. “Deus dá um jeito”. (Trecho da matéria)



Figura 7

Foto: Eduardo Anizelli/ FolhaPress

Fonte: CARVALHO, Daniel. Famílias deixam pobreza extrema, mas ainda enfrentam dificuldades; leia histórias, Folha de S. Paulo, 03/02/2013.

Legenda: Luíza de Franca Souza, 50, desempregada que mora na pequena cidade de Demerval Lobão, interior do Piauí.

A desempregada Luíza Sousa, 51, de Demerval Lobão (a 34,4 km de Teresina). Na cozinha, ela tinha menos da metade de uma garrafa de dois litros preenchida com arroz, pão e dois cocos. “Só não fico sem porque como na casa da minha mãe”. “Eu não quero me sentir miserável. Eu sempre sou uma pessoa lutadora. Quando não dá certo de um lado, eu tento lutar do outro para nunca faltar o que comer dentro de casa”, diz Luíza com um sorriso constrangido. (Trecho da Matéria)



Figura 8

Foto: André Coelho / O Globo

Fonte: WEBER, Demétrio. “Bolsa Família completa 10 anos e já chega à segunda geração”, Jornal O Globo, 07/05/2013.

Legenda: Maria Dalva Ferreira (à esq), de 53 anos, teve 10 filhos e diz que, sem o Bolsa Família, sua vida teria sido muito mais difícil. Sua filha Maria Francisca, de 17 anos, é mãe de duas crianças e também se inscreveu no programa

Em Timbiras (MA), a 270 quilômetros de São Luís, Maria Dalva dos Santos Ferreira, de 53 anos e mãe de dez filhos, não está no Bolsa Família desde o início. Mas diz que o programa mudou sua vida. Ela passou a vida na roça, quebrando coco de babaçu para vender os caroços, que são usados na produção de óleo de cozinha. No mês passado, levou a filha Maria Francisca para também inscrever-se no Bolsa Família. Maria Francisca tem 17 anos, é solteira e mãe de duas meninas: uma de 1 ano e 7 meses e outra de 2 meses – cada uma de um pai diferente, sendo que nenhum deles vive com a garota. – Vai melhorar muito. Não terei mais que roçar e quebrar coco todo dia – diz Maria Francisca. (Trecho da matéria)

Nas figuras 6 e 7, veiculadas pela Folha de S. Paulo, temos a materialização de um discurso contrário aos benefícios do Bolsa Família. Uma imagem contradiz a outra: aquela que focaliza o rosto das mulheres mostra um sorriso solicitado e obtido sem conseguir escapar ao constrangimento. Tal sorriso não se conforma ao texto que explicita uma penúria na qual falta alimentos e a criança está doente e privada de cuidados os mais básicos. Os enquadramentos são sensacionalistas e reduzem as mulheres a uma posição de carentes que nada mais podem esperar do Estado. A mulher pobre é reduzida à súplica, ao isolamento e à impossibilidade da construção da autonomia e de qualquer forma de agência que as permita alcançar um horizonte de melhorias.

Para Didi-Huberman (2008) a imagem exige de nós uma ação de equilibristas, uma vez que nos posicionamos, por meio da mirada¹³, entre o espaço da implicação e da explicação (crítica, comparação, montagem). Tanto para ele quanto para Rancière não estamos diante das imagens, mas entre elas, e isso requer uma posição: uma implicação na imagem (movimento de apropriação, de conhecimento e, simultaneamente, de auto-constituição) para nos aproximarmos do Outro.

Segundo Picado, “no apelo humano das imagens que nos olham, é especialmente agudo o sentido com o qual a imagem se exercita enquanto gênero conversacional” (2009: 290), dando a ver um rosto que está sempre entre a singularidade e a comunidade. “Em sua própria imediatividade, o rosto é sempre duplo: o olhar reflete uma visão, as rugosidades dos lábios retêm um pensamento. É a partir desse núcleo de alteridade primeira que a circulação das imagens faz comunidade por círculos ampliados” (Rancière, 2007: 201).

Lévinas (2007) aposta na definição do rosto como expressão da vulnerabilidade do existente, descrevendo sua manifestação (aparição) como experiência reveladora da presença viva e da pura comunicação de um ente que se torna acessível, mas não se entrega. O rosto não se configura só

como o que nos é ofertado à visão, mas sobretudo como o que permanece em devir no aparecer incapturável do outro que se dirige a nós. Se somos interpelados pelo outro que nos fala, o rosto surge como a comunicação possível e permite uma prática específica de configuração de um mundo comum, um mundo polêmico, fruto do esforço de dar forma às identidades e às alteridades. Por isso, o rosto pode ser pensado como o vestígio de um lugar do outro que se transforma na promessa do meu próprio lugar, assumindo caráter comunicacional e político, num processo incessante de subjetivação política em que ética, estética e política se tangenciam.

“Assim, o rosto não se configura só como o que nos é ofertado à visão, mas é, sobretudo, uma voz, um clamor que permanece em devir no aparecer incapturável do outro que se dirige a nós. Se somos interpelados pelo outro que nos fala, o rosto surge como verbo, como evento de palavra, como a comunicação possível que permite uma prática específica de configuração de um mundo comum, um mundo polêmico, fruto do esforço de dar forma às identidades e às alteridades.”

Mas que rosto é esse que nos interpela? O rosto fabricado pelos dispositivos midiáticos, retocado, recriado e exposto à visibilidade dos holofotes midiáticos; ou o rosto que, por meio de um enquadramento que subverte o estereótipo, busca configurar uma via de acolhida do outro, sem reduzi-lo a si mesmo, reconfigurando a condição de possibilidade de comunicação e encontro com outro? Respostas a essas perguntas poderiam ser buscadas ao nos indagarmos acerca dos dispositivos que definem qual *“espécie de ser humano a imagem nos mostra e a que espécie de ser humano ela é destinada, que espécie de olhar e de consideração é criada por esta operação”* (Rancière, 2012: 100). A elaboração do mundo sensível do anônimo requer outras formas de senso comum (dados partilhados por todos), outras comunidades de palavras, formas e significados. Outros enunciados e enquadramentos que possam fazer com que o *“território visualmente banalizado da miséria e da margem seja devolvido à sua potencialidade de riqueza sensível e compartilhável”* (Rancière, 2012: 78).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As imagens aqui analisadas nos permitem apreender o outro via fragmentos de seu cotidiano e vestígios de suas experiências rotineiras: espaços domésticos habitados, utensílios que lhes garantem a sobrevivência, móveis, familiares, paisagens. Mas,

algumas dessas imagens, como a 2, a 5 e a 8, nos permitem ver como a potência da vida é retratada diferentemente por um modo de enquadrar que nos revela uma política da estética que se relaciona à forma como os dispositivos utilizados para a produção das imagens e do texto jornalístico alcançam a possibilidade de recortar singularmente os objetos da experiência comum, instaurando outras partilhas de espaço e de tempo e promovendo novos modos de aparição sensível dos objetos e sujeitos. Esse trabalho de mudança dos modos de aparição, das coordenadas do representável e das formas de sua enunciação altera quadros, ritmos e escalas, proporcionando outras formas de apreender o visível e sua significação. Se uma imagem pertence a um *“dispositivo de visibilidade que regula o estatuto dos corpos e o tipo de apreensão e atenção que merecem”* (Rancière, 2012: 96), é importante entender como os enquadramentos são produzidos e como delimitam a esfera de aparição ao construírem e enunciarem as *“vidas precárias”* (Butler, 2015, 2011).

Como destaca Butler (2011), esquemas normativos e midiáticos de inteligibilidade estabelecem aquilo que será e não será apreendido e reconhecido como digno de valor. Para ela (2015: 14), os enquadramentos são operações de poder: *“não decidem unilateralmente as condições de aparição dos sujeitos e acontecimentos, mas seu objetivo é delimitar a esfera da aparição enquanto tal”*. Os enquadramentos atuam, assim, para diferenciar as vidas que podemos apreender e valorizar daquelas que não podemos. Os termos, as categorias, as convenções e as normas gerais que agem nos dispositivos de enquadramento moldam, por exemplo, um ser vivo em um sujeito reconhecível por meio da apreensão, isto é, uma forma de conhecimento associada ao sentir e ao perceber, sem utilizar conceitos. Trata-se de saber como essas normas operam para tornar certos sujeitos pessoas reconhecíveis e tornar outros decididamente mais difíceis de reconhecer. O problema, segundo Butler (2015: 20) *“não é apenas saber como incluir mais pessoas nas normas existentes, mas sim considerar como as normas existentes atribuem reconhecimento de forma diferenciada”*.

As imagens 1, 3, 6 e 7 nos revelam que há violência na moldura do que é mostrado. Esta violência encaixa perfeitamente os rostos na moldura daquilo que pode ser dito e daquilo que pode ser mostrado, sem hiatos, sem faltas ou sobras. Ela é o mecanismo ou dispositivo por meio do qual certas vidas (e certas mortes) permanecem não representadas ou são representadas de maneiras que efetivam sua captura pela ordem discursiva consensual.

Há aqui, dois movimentos implicados: olhar para os modos de *“aparência”* performática dos sujeitos

na imagem e identificar que tipo de olhar e de implicações esse “aparecer” suscita junto àqueles que observam a imagem. E, nessas duas operações, é preciso enquadrar o enquadramento, ou seja, interpelá-lo em busca das físuras que nos indicam que a moldura não consegue determinar de forma precisa o que vemos, pensamos, reconhecemos e apreendemos. O enquadramento não é capaz de conter completamente o que transmite e, por isso, se rompe toda vez que tenta dar uma organização definitiva a seu conteúdo. Sob esse aspecto a política das imagens pode emergir justamente quando uma representação expõe sua fatal incapacidade de capturar o referente.

Retomando a questão da singularidade e este-reotipagem dos rostos que emergem na fotografia, considero interessante refletir acerca das considerações que Didi-Huberman (2011: 67) tece acerca dos povos sem rosto, isto é, “*a classe oprimida, exposta a desaparecer ou a ser subexposta nas representações consensuais da história*”. Para esse autor, os povos ou estão subexpostos na sombra da censura a que são sujeitos ou superexpostos na luz de sua espetacularização. Em ambos os casos, estariam fadados a desaparecer.

“A subexposição priva-nos dos meios para ver, pura e simplesmente, aquilo que poderia estar em causa. (...) Mas a sobreexposição vale pouco mais: demasiada luz cega. Os povos expostos à ruminação estereotipada de imagens são, também eles, povos expostos a desaparecer. (...) Se os povos estão expostos a desaparecer, deve-se isso também ao fato de se terem formado discursos para que, já não vendo nada, possamos ainda crer que tudo se mantém acessível, contudo permanece visível e, como se costuma dizer, sob controle”. (Didi-Huberman, 2011: 41 e 45)

As mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa-Família não são povos sem rosto, tal como define Didi-Huberman, elas possuem rostos mediatizados, cujo real sofrimento e clamor por reconhecimento são silenciados e ofuscados pela representação este-

reotipada. Rostos desfigurados, destinados muitas vezes à desapareição pela invisibilidade construída pelo discurso predominantemente consensual do fotojornalismo produzido pela grande mídia.

“Uma representação bem-sucedida do rosto deveria falhar em capturar o referente e evidenciar essa falha. “O humano é aquilo que limita o sucesso de qualquer prática representacional. O rosto não é apagado nessa falha de representação, mas é constituído exatamente nessa possibilidade” (Butler, 2011, p. 27).

Busquei evidenciar, na análise das imagens selecionadas, elementos capazes de apontar para um tipo de resistência a formas de vida prontas, ao apagamento e desapareição dos sujeitos em narrativas que apenas “encaixam” os indivíduos em molduras discursivas previamente aquietadas, capturando seus gestos, rotinas e corpos em operações consensuais, constrangimentos e submissões de toda ordem. Nesse sentido, a exposição e o aparecer do corpo e do rosto são capazes de tensionar enunciados e modos/cenas de enunciação, nos revelando uma potencialidade política de desidentificação e ruptura.

Ao apostar na possibilidade de os rostos e corpos de mulheres empobrecidas ainda não terem desaparecido sob a luz do discurso consensual, parto da ideia de que olhar para o corpo sofredor que se expõe na fotografia jornalística implica menos explorar suas formas de desapareição e mais buscar seus indícios de resistência, de revelações que possam evidenciar como os fotografados encontram modos de dificultar o legendamento de seus rostos e corpos, criando hiatos, dissonâncias e dissensos entre seu “aparecer” e o registro narrativo (visual e verbal) de sua exposição.

Soumission de l'article : 28/06/2015
Acceptation : 13/05/2016

NOTAS

^{1.} Este trabalho contou com o apoio do CNPq e da FAPEMIG. Sou grata aos professores Paulo Bernardo Vaz (UFMG), Angie Biondi (UTP), e aos dois pareceristas ad hoc da revista pelas excelentes sugestões e contribuições feitas a uma primeira versão deste manuscrito.

^{2.} Entende-se aqui o conceito de dispositivo tal como apresentado por Foucault (*Dits et écrits*), ou seja, como um conjunto heterogêneo que comporta discursos, instituições, configurações de arquitetura, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais filantrópicas. Em suma: compreende o dito e o não dito, a rede que estabelecemos entre esses elementos, sendo que o dispositivo está sempre inscrito em um jogo de poder. Já para Agamben (2009), o dispositivo é um conjunto de praxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é de administrar, governar, controlar e orientar, em um sentido em que se supõe útil, os comportamentos, os gestos e os pensamentos dos homens.

^{3.} Robert Cabanes e Isabel Georges (2014) mostram que durante os anos do governo Lula (2003-2010) o aumento contínuo do salário mínimo foi acompanhado pelo aumento dos níveis de educação, mas também pela implementação de programas sociais como o Bolsa-Família. Contudo, ainda que a pobreza tenha diminuído, as desigualdades sociais persistiram e se entrelaçaram com a precariedade do trabalho, as péssimas condições de vida e a falsa perspectiva de aquisição de direitos. A Bolsa-Família não é um direito adquirido de maneira durável e inscrito na Constituição. Ela pode perder a significação política que comportava inicialmente e contribuir para a aceitação da manutenção do status quo para os pobres (que, neste caso, não estão em posição de atores sociais, mas de agentes de dispositivos de poder que não valorizam as capacidades e não encorajam o empoderamento).

^{4.} No Brasil, a cidadania se constituiu sob a forma de uma cidadania concedida, em torno de uma cultura da dívida. Segundo Teresa Sales (1994), esse tipo de cidadania tem a ver com uma cultura política que entende que os direitos fundamentais à vida, à liberdade individual, à justiça, à propriedade, ao trabalho, etc., eram aqueles que chegavam aos pobres como um dom feito pelos poderosos e pelas instituições democráticas liberais. Esse conceito nos permite pensar as relações sociais que ganham corpo sem a mediação dos direitos e que continuam a obedecer ao poder privado sem limites entre o favor e a violência, duas faces que expressam a recusa à alteridade.

^{5.} O benefício garantido pelo Programa Bolsa-Família varia entre R\$35,00 (cerca de 10,29 euros) e R\$175,00 (cerca de 51,47 euros) para as famílias que possuem uma renda mensal *per capita* de R\$154,00 (em torno de 45, 29 euros). O valor do benefício depende da quantidade de filhos em idade escolar (entre 0 e 15 anos), mulheres grávidas ou mulheres que amamentam presentes em cada família. Para as famílias em estado de extrema pobreza (renda mensal *per capita* de até R\$77,00), o benefício varia entre R\$77,00 (22,6 euros) e R\$252,00 (74,11 euros). Nesse caso, mesmo as famílias sem filhos têm direito ao benefício. O salário mínimo no Brasil é hoje de R\$788,00, ou

seja 232,00 euros. Para saber mais, ver o site do Ministério do Desenvolvimento Social: < <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/> >.

^{6.} O governo condiciona a obtenção do recurso do programa à assiduidade escolar das crianças, à sua vacinação nos postos de saúde, aos cuidados no pré-natal e ao engajamento informal dos adultos a se inscreverem em cursos de formação e estágios profissionalizantes.

^{7.} Scolese, E., Leite, P. D., 21 out. 2005, "Vale a pena governar o país, diz presidente", *Folha de S. Paulo*, Brasil, A12.

^{8.} Goes, A., 08 maio 2005, "Mãe solteira resiste mais a trabalho infantil", *Folha de S. Paulo*, Cotidiano, C1.

^{9.} De acordo com Jacques Rancière, o lugar acordado aos indivíduos na sociedade obedece a um quadro sensível de distribuição da palavra, dos espaços de visibilidade e das atividades laborais e políticas. A partilha do sensível é descrita como uma "distribuição de maneiras de ser e das ocupações no espaço do possível" (2000: 66). Ela assume duas formas: policial ou consensual, e política ou dissensual.

^{10.} De acordo com Jacques Rancière, o lugar acordado aos indivíduos na sociedade obedece a um quadro sensível de distribuição da palavra, dos espaços de visibilidade e das atividades laborais e políticas. A partilha do sensível é descrita como uma "distribuição de maneiras de ser e das ocupações no espaço do possível" (2000: 66). Ela assume duas formas: policial ou consensual, e política ou dissensual.

^{11.} Nas reflexões feitas por Lévinas, o rosto é o que nos afasta de nós mesmos ao conduzir-nos pelo labirinto da alteridade. Não é propriamente a face humana, mas um vestígio da presença de um Outro que, por mais que esteja próximo, mantém-se à distância. Por isso, ele é comunicação e linguagem, aparição e desaparecimento, possibilidade e impossibilidade de alcançar o outro em sua infinitude. Sob esse aspecto, o rosto não é visto, nem representável. "Ele é o que não se pode transformar num conteúdo, que o nosso pensamento abarcaria; é o incontível, leva-nos além" (Lévinas, 2007: 70).

^{12.} Não se trata aqui de buscar no rosto a expressão da pura vida interior que talvez nunca se realize, buscar a expressão do indivíduo em seu corpo é uma reflexão vã sobre o que o indivíduo fez e realizou.

^{13.} *Mirar não é simplesmente ver, nem tampouco observar com maior ou menor competência: uma mirada supõe a implicação, o ser afetado que se reconhece, nessa mesma implicação, como sujeito. Reciprocamente, uma mirada sem forma e sem fórmula não é mais do que uma mirada muda. É necessário uma forma para que a mirada aceda à linguagem e à elaboração, única maneira, para essa mirada, de "entregar uma experiência e um ensinamento", quer dizer, uma possibilidade de explicação, de conhecimento, de relação ética: nós devemos, então, nos implicar em, para ter uma oportunidade – dando forma a nossa experiência, reformulando nossa linguagem – de nos explicarmos com.* (Didi-Huberman, 2008: 41)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Barcelos, J., 2012, "A dor e o sofrimento no fotojornalismo: Estudo de caso do World Press Photo of the Year (1955-2008)", *Media & Jornalismo*, vol. 11, pp. 139-153.
- Barcelos, J., 2014, "Por um fotojornalismo que respeite a dignidade humana: a dimensão ética como questão fundamental na contemporaneidade", *Discursos Fotográficos*, vol. 10, pp. 111-134.
- Biondi, A., 2011, "O sofredor como exemplo no fotojornalismo. Notas sobre os limites de uma identidade", *Brazilian Journalism Research* (Impresso), vol. 7, pp. 90-105.
- Biroli, F., 2012, "Agentes imperfeitas: contribuições do feminismo para a análise da relação entre autonomia, preferências e democracia", *Revista Brasileira de Ciência Política*, n° 9, pp. 7-39.
- Butler, J., 2011, "Vida precária", *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, n° 1, pp. 13-33.
- Butler, J., 2015, *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Cabanes, R., Georges, I., 2014, "Gestion de la pauvreté et entrepreneuriat de soi: un nouveau compromis de gouvernement au croisement des politiques sociales et néolibérales?", *Brésil(s)*, n° 6, pp. 7-15.
- Chambers, S., 2013, *The Lessons of Rancière*, Oxford, Oxford University Press.
- Didi-Huberman, G., 2008, "La emoción no dice 'yo': diez fragmentos sobre la libertad estética", in AAVV, Jaar, A., *La política de las imágenes*, Santiago de Chile, Metales pesados, pp. 39-67.
- Didi-Huberman, G., 2011, "Coisa pública, coisa dos povos, coisa plural", in Nazaré, L., Silva, R. (Eds.), *A República por Vir: Arte, Política e Pensamento para o Século XXI*, Lisboa, Fundação Calouste-Gulbenkian, pp. 41-70.
- Didi-Huberman, G., 2012, *Peuples exposés, peuples figurants*, Paris, Editions de Minuit.
- Fraser, N., 1987, "Women, Welfare and the Politics of Need Interpretation", *Thesis Eleven*, n° 17.
- Freund, G., 2004, *La fotografía como documento social*, Barcelona, Gustavo Gili.
- Hussak, P., 2012, "Rancière: a política das imagens", *Princípios*, vol. 19, n° 32, pp. 95-107.
- Lautier, B., 2012, "La diversité des systèmes de protection sociale en Amérique Latine: une proposition de méthode d'analyse des configurations de droits sociaux", *Revue de la régulation*, n° 11.
- Ledo, M., 1998, *Documentalismo fotográfico*, Madrid, Cátedra.
- Lévinas, E., 2007, *Ética e infinito*, Lisboa, Edições 70.
- Lopes, D., 2006, "Da estética da comunicação a uma poética do cotidiano", in Guimarães, C., Leal, B., Mendonça, C. (Eds.), *Comunicação e Experiência Estética*, BH, UFMG, pp. 117-150.
- Marques, A., 2009, "A conversa cívica sobre o Bolsa Família: contribuições para a construção da cidadania e da autonomia política de mulheres pobres", *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, vol. 14, pp. 11-48.
- Marques, A., 2010, "A deliberação a longo prazo no espaço de visibilidade mediada: o Bolsa-Família na mídia impressa e televisiva", *Estudos em Jornalismo e Mídia*, vol. 7, pp. 273-285.
- Marques, A., 2014, "Política da imagem, subjetivação e cenas de dissenso", *Discursos Fotográficos* [Online], vol. 10, pp. 61-86.
- Marques, A., Maia, R., 2010, "Everyday Conversation in the Deliberative Process: An Analysis of Communicative Exchanges in Discussion Groups and Their Contributions to Civic and Political Socialization", *Journal of Communication*, vol. 60, pp. 611-635.
- Mauad, A. M., 2008, "O olho da história: fotojornalismo e história contemporânea", *ComCiência Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*, <http://www.comciencia.br/reporthagens/memoria/12.shtml>, acesso em 20 jan. 2013.
- Mondzaïn, M.-J., 2009, *A imagem pode matar?*, Lisboa, Nova Vega.
- Pelbart, P. P., 2003, *Vida capital: ensaios de biopolítica*, São Paulo, Iluminuras.
- Pelbart, P. P., 2002, "Pouvoir sur la vie, puissance de la vie", *Multitudes*, n° 9, pp. 25-35.
- Picado, B., 2009, "A Ação e a Paixão que se Colhem num Rosto: pensando os regimes de discurso do retrato humano no fotojornalismo", *Galáxia* (PUCSP), vol. 18, pp. 284-299.
- Picado, B., 2014, *O olho suspenso do noventa: plasticidade e discursividade visual no fotojornalismo moderno*, Rio de Janeiro, Pensamento Brasileiro.
- Rancière, J., 2000, *Le Partage du Sensible: esthétique et politique*, Paris, La Fabrique éditions.
- Rancière, J., 2007, "Le travail de l'image", *Multitudes*, n° 28, pp. 195-210.
- Rancière, J., 2008, "El teatro de imágenes", in AAVV, Jaar, A., *La política de las imágenes*, Santiago de Chile, Metales pesados, pp. 69-89.
- Rancière, J., 2009, "Política de Pedro Costa", in Cabo, R. M. (Ed.), *Cem Mil Cigarros – os filmes de Pedro Costa*, Lisboa, Orfeu Negro, pp. 53-63.
- Rancière, J., 2010, *O espectador emancipado*, São Paulo, Martins Fontes.
- Rancière, J., 2011, *Aisthesis*, Paris, Galilée.
- Rancière, J., 2012, *O destino das imagens*, Rio de Janeiro, Contraponto.
- Sales, T., 1994, "Raízes da desigualdade social na cultura política brasileira", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 9, n° 25, São Paulo.
- Sontag, S., 2004, *Sobre fotografia*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Vilches, L., 1993, *Teoría de la imagen periodística*, Barcelona, Paidós.

Pt. O artigo aborda, à luz da reflexão de autores como Jacques Rancière, Marie José Mondzain, Georges Didi-Huberman e Benjamin Picado, como as políticas da imagem se revelam na produção criativa de cenas dissensuais nas quais o sujeito político emerge, aparece e constitui-se através de novos arranjos sensíveis, espaciais e temporais nas imagens fotojornalísticas produzidas por ocasião dos 10 anos do Programa Bolsa-Família (2003-2013). Observa-se como se constitui uma política das imagens a partir da análise de como mulheres pobres beneficiadas pelo Programa são fotografadas por veículos jornalísticos e ganham visibilidade a partir de uma tensão entre lógicas subalternizantes de registro e possibilidades de desconstrução e desnaturalização de discursos já enraizados sobre pobreza, assistencialismo, dependência, vulnerabilidade e gênero. Geralmente, o registro dos corpos e rostos dessas mulheres é feito através de enquadramentos que “falam por elas”, mais do que as permite falar. A potência política e criativa que as imagens apresentam conecta-se aos gestos de sobrevivência: operações e agenciamentos que possibilitam resistir ao apagamento e desaparecimento dos sujeitos e excessos de discursos construídos midiaticamente, pelas instituições sociais e pelo Estado.

Palavras-chave: pobreza; fotojornalismo, política das imagens, mulheres, Bolsa-Família.

En. The goal of this paper is to analyze, in the light of reflections proposed by researchers like Jacques Rancière, Marie-José Mondzain, Georges Didi-Huberman and Benjamin Picado, how the politics of images manifests itself in the creative composition of scenes of consensus in which political subjects emerge, appear and constitute themselves through noticeably adjusted spatial and temporal arrangements in photojournalistic images produced over a ten year span of the *Bolsa-Família* Program (2003–2013). The paper also examines how a politics of images is constructed by analysing how media represent poor women beneficiaries of the Program. The politics becomes visible in the tension between the logic of the reproduction of the discursive register and the possibilities of deconstruction and denaturalization of pre-established discourses on poverty, social assistance, dependency, vulnerability and the like. Generally, the photographic capture of the bodies and faces of these women is done through angles that “speak for them,” rather than letting them speak. The creative and political power presented by these images are tied to acts of survival: activities and arrangements that make possible and yet resist the photographic capture, the vacuums and the excesses of pre-constructed institutional, governmental and media discourses.

Keywords: poverty, photojournalism, politics of images, women, Bolsa-Família.

Fr. L'objectif de cet article est de discuter, à la lumière de la réflexion d'auteurs comme Jacques Rancière, Marie-José Mondzain, Georges Didi-Huberman et Benjamin Picado, comment les politiques de l'image se révèlent dans la production créative de scènes de dissensus dans lesquelles le sujet politique émerge, apparaît et se constitue à travers de nouvelles dispositions sensibles, spatiales et temporelles dans quelques images photojournalistiques produites à l'occasion des 10 années du programme *Bolsa-Família* (2003-2013). Il observe comment se construit une politique des images à partir de l'analyse de la représentation des femmes pauvres bénéficiaires du programme par les médias. Elles sont rendues visibles à partir d'une tension entre logique de reproduction du registre discursif et possibilités de déconstruction et de dénaturalisation de discours déjà enracinés sur la pauvreté, l'assistance, la dépendance, la vulnérabilité et le genre. Généralement, la capture des corps et des visages de ces femmes est faite à travers des angles qui « parlent pour elles », plus qu'ils ne laissent parler. La puissance politique et créative présentée par ces images se relie aux gestes de survivance : opérations et agencements qui rendent possible et qui permettent de résister à des captures, silences et excès des discours construits par les médias, par les institutions sociales et par l'État.

Mots-clés : pauvreté, photojournalisme, politique des images, femmes, *Bolsa-Família*.

